



**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE
INTERNACIONAL DESTINADO À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E APOIO ESPECIALIZADO
NA ÁREA DOS SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO**

TA_22_176_PQ_S_001_STI

PROGRAMA DO CONCURSO

dezembro 2022

CAPÍTULO I

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

O presente concurso limitado por prévia qualificação, com publicidade internacional, tem por objeto a **“Aquisição de serviços de consultoria e apoio especializado na área dos sistemas e tecnologias de informação”**, em conformidade com o definido no Caderno de Encargos e no seu Anexo I, que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Águas do Tejo Atlântico, S. A., adiante designada por “Tejo Atlântico”, com sede na ETAR de Alcântara, sita na Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 514 387 130, com o endereço eletrónico geral.adta@adp.pt, telefone: +351 213 107 900 e fax +351 213 107 901.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a Decisão de Contatar

A decisão de contratar, nos termos do n.º I do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da Tejo Atlântico, em reunião realizada no dia 19 de dezembro de 2022, como consta da respetiva ata.

Artigo 4.º

Plataforma Eletrónica

1. O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública da AcinGov, acessível através do sítio <http://www.acingov.pt>, doravante denominada por “plataforma eletrónica” ou “plataforma AcinGov”.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* gratuito das peças do concurso, bem como apresentar a proposta, nos termos e mediante as indicações constantes da mesma.
3. O anúncio do concurso foi publicado, de acordo com o n.º I dos artigos 130.º e 131.º do CCP, no Diário da República e no JOUE, respetivamente.

Artigo 5.º

Fases do concurso

O presente concurso limitado por prévia qualificação com publicidade internacional integra as seguintes fases:

- a) Apresentação e análise das candidaturas e qualificação dos candidatos (1.ª Fase);
- b) Apresentação e análise das propostas e adjudicação (2.ª Fase).

Artigo 6.º

Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do concurso na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados/concorrentes na plataforma eletrónica referida no n.º I do artigo 4.º:
 - a) Até às 23h59 do termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas, na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos (1.ª Fase).
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo Júri do concurso, na plataforma eletrónica referida no n.º I do artigo 4.º, até:
 - a) Até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas, na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos (1.ª Fase);
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam, até ao final daquele prazo, por ele expressamente aceites.
4. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 166.º do CCP, respeitantes à fase da apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos, sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das candidaturas deve ser prorrogado, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado, conforme disposto no n.º I do artigo 175.º do CCP.
5. A prorrogação do prazo de entrega das candidaturas aproveita a todos os interessados.

CAPÍTULO II

FASE DAS CANDIDATURAS E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Artigo 7.º

Qualificação dos candidatos

A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação, nos termos do artigo 179.º do CCP, sendo qualificados todos os candidatos que preencham os requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira.

Artigo 8.º

Requisitos mínimos

- I. Os candidatos devem cumprir os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica:
 - a) Comprovar experiência, em ambientes de administração de sistemas e redes de comunicações com mais de 200 (*duzentos*) utilizadores;
 - b) Comprovar que possui, pelo menos, 5 (*cinco*) das seguintes creditações de parceria/certificações, com o grau requerido ou superior:
 - ✓ Check Point 4 stars Partner;
 - ✓ Cisco Select Partner;
 - ✓ Grau EU Secret;
 - ✓ Grau NACIONAL Secreto;
 - ✓ Grau NATO Secret;
 - ✓ HPE Gold Partner;
 - ✓ Microsoft Gold Partner;
 - ✓ RedHat Advanced Partner;
 - ✓ Veeam Gold Partner;
 - ✓ VMware Partner (programa Partner connect);
 - ✓ ISO 27001;
 - ✓ ISO 9001.
 - c) Possuir uma equipa transversal e composta por elementos seniores na própria empresa, de acordo com o especificado no Anexo I do Caderno de Encargos.
2. Os candidatos devem cumprir os requisitos mínimos de capacidade financeira a que se referem os n.ºs 4 do artigo 164.º e n.º 4 do artigo 165.º e o n.º 3 do artigo 179.º do CCP, a comprovar nos termos de declaração bancária conforme o modelo que constitui o Anexo VI do referido Código.

3. Todos os dados contidos nos documentos de qualificação devem, sempre que tal se justifique, nomeadamente pela existência de dúvidas sobre a respetiva veracidade, poder ser confirmados por documentos comprovativos que o candidato apresente, por solicitação do Júri, ou por quaisquer diligências que este efetue junto do candidato ou de terceiros, considerando-se que a mera apresentação da candidatura constitui autorização bastante do candidato para este efeito.

Artigo 9.º

Documentos que constituem as candidaturas

- I. As candidaturas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) conforme **ANEXO I** do Programa do Concurso;
 - b) Declaração bancária conforme o modelo que constitui o Anexo VI do CCP conforme **ANEXO II** do Programa do Concurso;
 - c) 2 (*duas*) declarações de clientes que atestem a experiência exigida na alínea a) do ponto I do artigo 8.º;
 - d) Documentos emitidos pelos fabricantes que atestem as creditações e os respetivos níveis do concorrente, exigidos na alínea b) do ponto I do artigo 8.º;
 - e) Declaração da empresa, a comprovar a existência de uma equipa transversal de elementos séniores de acordo com o Anexo I do Caderno de Encargos;
 - f) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do candidato por parte de quem assina a candidatura, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor.
2. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, os candidatos recorram a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por uma declaração através da qual estes se comprometem, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.
3. Caso o candidato revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a candidatura deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
4. Caso o candidato revista a forma de um agrupamento:

- a) O documento previsto na alínea a) do n.º I deve ser apresentado por todos os seus membros;
 - b) Os documentos destinados à qualificação previstos nas alíneas b) a d) do n.º I podem ser apresentadas por apenas um ou alguns dos seus membros.
5. Sob pena de exclusão, todos os documentos referidos no número I devem ser redigidos em língua portuguesa, ou no caso de não serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada, à exceção dos documentos mencionados na alínea d) do ponto I que poderão estar redigidos em inglês.
6. Os documentos referidos na alínea d) do ponto I podem ser redigidos em língua inglesa.

Artigo 10.º

Prazo para apresentação das candidaturas

As candidaturas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, n.º I, do presente Programa do Concurso, até às 23h59 do 32.º (*trigésimo segundo*) dia, a partir da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia e no Diário da República.

Artigo 11.º

Modo de apresentação das candidaturas

1. Os documentos que constituem as candidaturas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitam relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do Concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica já referida, de um documento, que permita comprovar os poderes da representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a candidatura ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, caso exista, devendo ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 12.º

Lista de candidatos e consulta das candidaturas apresentadas

1. O Júri do concurso, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, procede à publicação da lista dos candidatos na plataforma eletrónica a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º.
2. Os candidatos incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as candidaturas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos candidatos pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua candidatura.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 13.º

Decisão de qualificação

1. O Júri elabora o relatório preliminar de qualificação que é comunicado aos candidatos, mediante a sua publicitação na plataforma eletrónica, mencionada no n.º 1 do artigo 4.º.
2. Sem prejuízo dos demais casos previstos no presente Programa de Concurso, são motivo de exclusão das candidaturas, os referidos no n.º 2 do artigo 184.º do CCP.
3. Os candidatos podem, querendo, pronunciar-se por escrito através da plataforma, mencionada no n.º 1 do artigo 4.º, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
4. Findo o prazo referido no número anterior e face às pronúncias que sejam apresentadas, ou não, o Júri elabora relatório final de qualificação dos candidatos podendo ainda propor a exclusão de qualquer candidato se verificar, nesta fase, a existência de qualquer dos motivos a que se refere no n.º 1 do artigo 186.º do CCP, caso em que se deverá observar o disposto no n.º 2 do mesmo artigo.
5. A decisão de qualificação tomada pelo órgão competente para a decisão de contratar, é comunicada a todos os candidatos, mediante notificação a realizar na plataforma eletrónica, mencionada no n.º 1 do artigo 4.º, com junção do relatório final de qualificação.
6. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de qualificação e notificar os candidatos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o termo fixado para a apresentação das candidaturas.

CAPÍTULO III

FASE DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

Artigo 14.º

Convite

Com a notificação da decisão de qualificação, a Tejo Atlântico, envia a todos os candidatos qualificados, através da plataforma eletrónica mencionada no n.º 1 do artigo 4.º, um convite à apresentação de proposta, nos termos do artigo 189.º do CCP.

Artigo 15.º

Critérios de Adjudicação e de Desempate

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, com base nos seguintes fatores e subfactores variáveis de apreciação e respetivas ponderações:
 - 1.1. Preço da proposta: 50%
 - 1.2. Formação: 10%
 - 1.3. Certificações: 40%
2. Para a avaliação das propostas utilizar-se-á o modelo constante do **Anexo V** do Convite.
3. Tendo presente o critério de adjudicação referido no ponto 1, no caso de 2 (duas) ou mais propostas obterem o mesmo resultado/pontuação final, estabelece-se, como critério de desempate, que será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o menor valor hora, para a especialidade Técnicos especializados em Comunicações e Segurança.
4. Se, após a aplicação do critério estabelecido no número anterior, o empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o menor valor hora para a especialidade Técnico especializado em Administração de Sistemas e Segurança.
5. Caso, ainda assim, subsista um empate entre duas ou mais propostas, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o menor valor hora para a especialidade Técnico especializado em Sistemas e Aplicações.
6. Caso, ainda assim, subsista um empate entre duas ou mais propostas, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o somatório de maior valor do número de certificações comprovadas dos técnicos propostos.

7. Caso, ainda assim, subsista um empate entre duas ou mais propostas, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o somatório de maior valor do número de formações comprovadas dos técnicos propostos.

Artigo 16.º

Preço anormalmente baixo

1. O preço total resultante das propostas será considerado anormalmente baixo, para efeitos do disposto no artigo 71.º do CCP, se for inferior a 650.000,00€ (*seiscentos e cinquenta mil euros*), por forma a assegurar o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral, bem como para evitar o risco de degradação da prestação de serviços motivada pela apresentação de preços inferiores aos respetivos custos, tendo em conta os riscos que comportam para a fase de execução contratual, em termos de incumprimento o cumprimento defeituoso do contrato a celebrar, motivo pelo qual se procede à previsão do limiar indicado, assegurando o cumprimento do disposto dos princípios da transparência e da igualdade de tratamento, previstos no artigo 1.º-A do CCP.
2. O estabelecimento do preço anormalmente baixo, nos termos do número anterior, fundamenta-se com base nos valores de mercado e no histórico de prestações do mesmo tipo adjudicadas em anteriores procedimentos procurando acautelar-se a adequada e atempada execução do contrato e o interesse público do mesmo.

Artigo 17.º

Decisão e notificação da adjudicação

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora o relatório preliminar, sobre a admissão ou proposta de exclusão das propostas e sua ordenação para efeitos de adjudicação de acordo com o critério referido no Artigo 15.º do presente Programa do Concurso.
2. Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes através da plataforma eletrónica mencionada no n.º 1 do artigo 4.º, para que, querendo, se pronunciem por escrito, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis.
3. Findo o prazo referido no número anterior e face às pronúncias que sejam apresentadas, ou não, o Júri elabora relatório final, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a existência de qualquer dos motivos referidos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP, caso em que se deverá observar o disposto no n.º 2 do artigo 148.º do mesmo código.

4. A decisão de adjudicação é comunicada a todos os concorrentes, mediante notificação a realizar na plataforma eletrónica mencionada no n.º I do artigo 4.º, com junção do relatório final fundamentado, nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.
5. Para efeitos de análise das propostas, o Júri poder solicitar aos concorrentes documentos comprovativos das especificações técnicas indicadas para os serviços propostos.
6. Sob pena de exclusão, os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que a constituem, de acordo com a legislação aplicável.
7. Sob pena de exclusão, todos os documentos que constituem a proposta são redigidos obrigatoriamente em português.
8. O Júri reserva-se ao direito de, caso entenda, solicitar esclarecimentos ou comprovativos aos concorrentes ou a terceiros respeitantes à proposta apresentada.

Artigo 18.º

Documentos de habilitação do Adjudicatário

No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica indicada no n.º I do artigo 4.º do presente Programa do Concurso, os documentos mencionados no n.º 21 do Convite.

Artigo 19.º

Caução

1. Para a garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a 5% (*cinco por cento*) do preço contratual, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da adjudicação.
2. A caução referida no número anterior deve ser prestada, de acordo com os documentos mencionados no **ponto 30** do Convite.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 20.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

- I. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Agrupamento ou Consórcio.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 21.º

Sigilo

Os candidatos obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus colaboradores, quer por seus contratados, quanto a informação, documentos ou dados que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente concurso ou subsequentes procedimentos, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo ou dos procedimentos subsequentes.

Artigo 22.º

Legislação aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Concurso, aplica-se o disposto no CCP.

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente concurso.

ANEXO II

Modelo de declaração bancária

(a que se refere a alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º)

Procedimento de **Aquisição de serviços de consultoria e apoio especializado na área dos sistemas e tecnologias de informação - TA_22_176_PQ_S_001_STI**, cujo anúncio foi publicado no Diário da República de..., e no Jornal Oficial da União Europeia de... (se aplicável).

... (*designação, número de identificação fiscal e sede*) (*adiante, instituição de crédito*), neste ato representada por... (*nome, número de documento de identificação e morada*), na qualidade de... (*qualidade em que declara: representante legal, procurador ou outra*), com poderes para o ato, declara, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do Código dos Contratos Públicos e da eventual adjudicação da proposta que... (*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*) (*adiante, candidato*) venha a apresentar no referido procedimento, o seguinte:

- a) A instituição de crédito obriga-se, perante o candidato e a **Águas do Tejo Atlântico, S.A.**, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 514 387 130 e com sede na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcântara, sita na Av. de Ceuta, 1300-254 Lisboa, a pôr à disposição do candidato todos os meios financeiros previsivelmente necessários ao integral cumprimento das obrigações resultantes do contrato a celebrar no caso de a adjudicação recair sobre a proposta a apresentar;
- b) Em cumprimento da obrigação prevista no número anterior, que vigora desde o início do prazo de vigência do contrato, a instituição de crédito atribui ao candidato uma linha de crédito que o habilita a sacar, para o efeito da execução do contrato, os referidos meios financeiros;
- c) A emissão, a validade e a eficácia da presente declaração e a constituição, a modificação e a extinção, a qualquer título, das obrigações por ela constituídas, são integralmente disciplinadas pela legislação portuguesa aplicável.

... (local),... (data),... (assinatura).